



## **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

### **ATO Nº 189, DE 27 DE MAIO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o constante no Processo TST nº 501.157/2020-3,

#### **RESOLVE:**

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2019 a abril de 2020, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI**

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2019 A ABRIL/2020

ANEXO

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	MAI /201 9	JUN /201 9	JUL /201 9	A GO /201 9	SET /201 9	OUT /2019	NOV /201 9	DEZ /20 19	JAN /201 20	FEV /20 20	MAR /20 20	ABR /20 20	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	67.152.439,80	70.457.570,74	68.569.794,99	67.336.125,50	69.428.633,93	68.798.267,22	105.679.855,55	91.775.142,30	89.278.055,90	63.552.278,88	69.214.774,82	67.974.958,86	899.217.898,49	47.430,64	899.265.329,13
Pessoal Ativo	42.925.969,59	45.894.353,29	43.864.357,87	42.313.557,58	43.870.717,91	43.504.737,05	67.204.923,37	66.104.386,80	51.784.635,47	38.529.209,44	44.211.501,70	43.055.628,81	573.263.978,88	47.430,64	573.311.409,52
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	36.940.892,74	39.782.381,74	37.759.212,19	36.209.455,05	37.855.037,07	37.504.822,73	55.381.721,59	60.070.408,17	45.805.712,01	32.543.214,52	36.858.632,92	35.710.644,68	492.422.135,41	0,00	492.422.135,41
Obrigações Patronais Benefícios	5.985.076,85	6.111.971,55	6.105.145,68	6.104.102,53	6.015.680,84	5.999.914,32	11.823.201,78	6.033.978,63	5.978.923,46	5.985.994,92	7.352.868,78	7.344.984,13	80.841.843,47	47.430,64	80.889.274,11
Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.226.470,21	24.563.217,45	24.705.437,12	25.022.567,92	25.557.916,02	25.293.530,17	38.474.932,18	25.670.755,50	37.493.420,43	25.023.069,44	25.003.273,12	24.919.330,05	325.953.919,61	0,00	325.953.919,61
Aposentadorias, Reserva e Reformas	20.649.240,71	20.929.200,53	21.138.792,54	21.268.760,98	21.949.344,57	21.720.033,02	33.063.098,40	22.082.902,01	32.044.710,33	21.353.724,27	21.344.035,30	21.260.082,20	278.803.924,86	0,00	278.803.924,86
Pensões	3.577.229,50	3.634.016,92	3.566.644,58	3.753.806,94	3.608.571,45	3.573.497,15	5.411.833,78	3.587.853,49	5.448.710,10	3.669.345,17	3.659.237,82	3.659.247,85	47.149.994,75	0,00	47.149.994,75
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	24.226.470,21	24.571.773,32	24.831.131,41	25.498.312,29	25.580.373,91	25.293.530,17	20.047.387,66	4.511.936,67	37.493.420,43	25.035.108,20	25.055.598,62	24.947.722,86	287.092.765,75	0,00	287.092.765,75
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	20.737,66	0,00	22.457,89	0,00	0,00	11.051,54	0,00	910,08	12.596,21	28.392,81	96.146,19	0,00	96.146,19
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	8.555,87	104.956,63	475.744,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.128,68	39.729,29	0,00	640.114,84	0,00	640.114,84
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.226.470,21	24.563.217,45	24.705.437,12	25.022.567,92	25.557.916,02	25.293.530,17	20.047.387,66	4.500.885,13	37.493.420,43	25.023.069,44	25.003.273,12	24.919.330,05	286.356.504,72	0,00	286.356.504,72
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	42.925.969,59	45.885.797,42	43.738.663,58	41.837.813,21	43.848.260,02	43.504.737,05	85.632.467,89	87.263.205,63	51.784.635,47	38.517.170,68	44.159.176,20	43.027.236,00	612.125.132,74	47.430,64	612.172.536,38

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	612.172.563,38	0,069632%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.597.983.480,79	0,181764%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.518.084.306,75	0,172676%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.438.185.132,71	0,163588%

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 22/mai/2020, às 12h02.

NOTAS: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) O Limite Máximo foi estipulado conforme Ato Conjunto TST.CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2019 A ABRIL/2020

R\$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		899.265.329,13
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		287.092.765,75
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		612.172.563,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		879.152.902.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,069632%
		% DA RCL
		VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,206935%
	Resol CNJ 5/2005	1.819.275.057,75
	Ato decorrente: ATO.SEOF.GDCA.GP Nº 239/2005	0,206896%
	Resol CNJ 26/2006	1.818.932.188,12
	Ato decorrente: ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 1/2007	0,182102%
	Resol CNJ 177/2013	1.600.955.017,60
	Ato decorrente: ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 30/2013	0,181764%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015 <sup>1</sup>	1.597.983.480,79
		0,181764%

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 22/mai/2020, às 12h02.

NOTA: O Ato Conjunto TST.CSJT nº 12/2015 alterou somente os limites dos Tribunais Regionais do Trabalho. Os limites do TST permaneceram os mesmos estipulados no Ato Conjunto TST.CSJT nº 30/2013.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
 Presidente do Tribunal

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO  
 Diretor-Geral da Secretaria

VALMIR ALMEIDA NOBRE  
 Secretário de Auditoria  
 Substituto

DIRLEY SÉRGIO DE MELO  
 Secretário de Administração